

Opinião: o governo quer agradar o FMI

O pacote fiscal anunciado pelo governo faz parte de uma estratégia de negociação com o Fundo Monetário Internacional sobre a dívida externa brasileira e algumas de suas medidas são de difícil realização, a exemplo do imposto sobre o patrimônio líquido. A opinião é do economista e decano do Centro de Sociologia da PUC-Rio, Winston Fritsch, para quem "o ajuste fiscal é um dos pontos centrais da negociação externa, visando a convencer os credores de que os desvios ocorridos na aplicação do Plano Macroeconômico serão corrigidos".

Segundo o economista, o principal objetivo do governo com o pacote é demonstrar aos negociadores externos e especialmente ao Fundo Monetário que o déficit era conta corrente — indicador da capacidade de poupança do governo e fator importante na avaliação dos credores — pode ser reduzido, apesar do não-cumprimento das metas relativas a este indicador fixadas no Plano Macroeconômico.

Fritsch assinalou que o pacote fiscal representa uma tentativa de ajuste aos objetivos do Plano Macroeconômico baseada no aumento da carga tributária líquida. "É isso que vai ser negociado com o FMI, e de forma a concentrar a atenção do Fundo sobre este ponto, evitando mexer em outros fatores, como preços e salários." O economista disse também que o aumento da carga tributária pode ser realizado ou pela elevação geral de impostos ou pela taxação de ganhos de capital até agora praticamente isentos e pelo fim dos incentivos fiscais. E o governo deverá preferir as duas últimas formas, "a fim de não afetar a renda do assalariado".

Esses dois aspectos do pacote — taxação progressiva, corte dos incentivos e preservação dos assalariados —, articulados com o fato de que o ajuste representa um fator decisivo nas negociações externas, deverão facilitar a aceitação das medidas pelas lideranças políticas na Constituinte, segundo Winston Fritsch.

Mas o economista reconhece que existem dificuldades para a negociação externa, independentemente do sucesso do pacote fiscal. Para ele, essas dificuldades se situam na política de preços e salários. "A política salarial está claramente fazendo água", disse Fritsch. "E já há indícios de descontrole de preços." Neste quadro, "o governo poderá ter problemas com os sindicatos, que irão interferir na negociação externa".